


Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Especializada	
Título: Produtos vínicos					Temática: Transportes/Logística/Distribuição	
2006/10/05	O COMERCIO DE VIVERES – PRINCIPAL	Pág.4	Imagem: 1/1		Periodicidade: Quinzenal	Inv.: n.a.

Coloque-nos as suas dúvidas

Consultório/ANACPA

Tal como referimos na edição anterior não podemos reproduzir na íntegra, ou mesmo citar todas as disposições legais que fundamentem as respostas. Por essa razão e em caso de dúvida pedimos que contacte a associação pelo telefone (217 996 410) ou e-mail (gabeconomico@anacpa.pt).

Produtos vínicos

Questão: *Quais as obrigações legais decorrentes da actividade no sector dos produtos Vínicos?*

Resposta ANACPA: É claro que existem inúmeros procedimentos decorrentes dos normativos que regem esta matéria - apontam-se os principais - (decreto-lei 178/99 de 21 de Maio e Portaria n.º 8/2000 de 7 de Janeiro). De qualquer forma tentaremos apontar aqui algumas obrigações legais consideradas básicas. Assim:

- As pessoas singulares ou colectivas ou os agrupamentos destas, que exerçam ou venham a exercer, no território continental, actividade no sector vitivinícola, têm de inscrever-se no Instituto da Vinha e do Vinho (IVV).

- Esta obrigação abrange as empresas armazenistas, engarrafadoras ou embaladoras, exportadoras ou importadoras e negociantes sem estabelecimento estando excluídos os retalhistas e os vitivinicultores e

produtores cujo volume de produção não seja superior a 4000 litros de vinho por ano.

- Esta inscrição deve ser efectuada para as actividades que a entidade em causa exerce ou pretende vir a exercer e é confirmada pelo IVV no prazo de 60 dias a contar da data de entrada do referido formulário, sendo de observar o seguinte:

- 1) A inscrição como vitivinicultor ou como vitivinicultor-engarrafador é incompatível com a inscrição como armazenista e como produtor;

- 2) A inscrição como vitivinicultor-engarrafador é incompatível com a inscrição de vitivinicultor ou engarrafador;

- 3) O exercício da actividade de destilador, fabricante de vinagre de vinho e de preparador em simultâneo com o exercício da actividade de vitivinicultor ou vitivinicultor-engarrafador, é admissível apenas para produtos obtidos exclusivamente na sua exploração vitícola.

- Qualquer alteração ao teor da inscrição, incluindo a cessação da actividade no sector vitivinícola deve ser declarada no IVV no prazo máximo de 30 dias após a sua ocorrência;

- As empresas armazenistas, engarrafadoras, exportadoras ou importadoras devem manter na sua posse, disponível para consulta no decurso das acções de controlo os seguintes elementos:

- 1) Planta das instalações, mencionando a escala respectiva, todo o vasilhame fixo existente, sua localização, numeração e respectivas capacidades;

- 2) Documento de titularidade ou do uso e fruição das instalações.

- O IVV dará conhecimento, no prazo de 30 dias, às comissões vitivinícolas regionais e às associações destas, dotadas de personalidade jurídica e que exerçam as funções de entidade certificadora de vinho regional, dos agentes económicos inscritos e que se encontrem localizados na respectiva área de actuação bem como do teor da sua inscrição.

- Quando, em simultâneo, a empresa seja produtora e armazenista, as instalações de produção e armazenagem têm de permitir a separação física dos produtos de cada actividade;

- Em todos os recipientes de armazenagem é obrigatória a indicação da natureza do produto, e a aposição, de modo visível e

indelével, das respectivas capacidades e, para os depósitos fixos, de um número de ordem, devendo estes estar equipados com indicadores de nível em estado funcional ou permitirem controlar de forma eficaz a quantidade armazenada.

Quanto aos armazenistas de produtos alimentares que comercializam produtos vínicos, considerando que os mesmos não têm depósitos fixos e portanto não comercializam produtos vínicos a granel, mas apenas produtos engarrafados as obrigações que daqui decorrem são (de forma sintética):

- Inscrição no IVV enquanto armazenista;

- Elaboração de planta das instalações mencionando e escala respectiva, com indicação da localização dos produtos vínicos (que devem sempre estar separados dos não vínicos); esta planta deve ser mantida na posse do armazenista e estar disponível para efeitos das acções de controlo;

- Indicações obrigatórias na zona de armazenagem dos produtos vínicos com identificação da natureza do produto, das respectivas capacidades, do preço de venda e confirmação de que cada produto se encontra correctamente rotulado.